

# Grande Imprensa e Ultraliberalismo: Veto ao Debate e Impactos Locais<sup>1</sup>

Francisco Fonseca<sup>2</sup>

(Fundação Getúlio Vargas de São Paulo)

## Resumo

Esta comunicação objetiva analisar o papel dos principais jornais brasileiros – *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* – quanto ao debate sobre a introdução das idéias neoliberais no país durante o Governo Collor. Por meio de editoriais, sobretudo, mas também de matérias e da opinião de columnistas, observou-se como estes jornais vetaram o debate acerca das alternativas à privatização e à abertura da economia, entre outros pontos que se constituíram em pressupostos da Agenda ultraliberal (assim definida, internacionalmente, em razão da radicalidade de seus diagnósticos e proposições). Para tanto, estigmatizaram os que pensavam diferente, simplificando e vulgarizando problemas complexos, divulgando-os em larga escala. Forjaram, com isso, o consenso acerca das idéias ultraliberais que, por seu turno, produziram enormes impactos locais.

## Palavras-chave

Jornalismo impresso; representações sociais; ultraliberalismo; ideologia; hegemonia.

## Introdução

Tendo como contexto o Governo Collor (1990-1992), cuja ação política foi marcada pela reversão do modelo desenvolvimentista/protecionista, que fora substituído paulatinamente pelo que chamaremos de Agenda Ultraliberal – um conjunto de predições radicalizadas voltado à abertura dos mercados nacionais, privatização em larga escala e vinculação aos mercados internacionais, entre diversos outros aspectos –, objetiva-se, neste trabalho, analisar as posições da grande imprensa diária brasileira (os jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*<sup>3</sup>) quanto ao seu crucial papel de debater temas relevantes à chamada “opinião pública”.

A conjuntura política (redemocratização), econômica (crise inflacionária e dívida externa) e internacional (ocaso do socialismo e hegemonia das idéias ultraliberais) era, naquele momento, suficientemente grave ao país, que sofrera seus impactos fortemente. Por isso, os referidos jornais

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa de Jornalismo, no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Francisco C. P. Fonseca é Mestre em Ciência Política pela Unicamp, Doutor em História pela USP e professor de ciência política da FGV/SP. Além de inúmeros artigos em revistas acadêmicas, é autor do livro *O Consenso Forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2005.

<sup>3</sup> Como citaremos fartamente estes jornais, assim os abreviaremos: *O Globo* = *OG*, *Jornal do Brasil* = *JB*, *Folha de S. Paulo* = *FSP* e *O Estado de S. Paulo* = *OESP*.

Os referidos jornais são assim definidos neste trabalho: a) como “aparelhos privados de hegemonia” (segundo a clássica definição de Antonio Gramsci), pois objetivam, em maior ou menor medida, direta ou indiretamente, *dirigir* os rumos de uma dada sociedade por meio da influência nos sistemas decisórios, da “organização” das classes sociais e da formulação da Agenda, isto é, do que é relevante – e de que forma – discutir; b) como empresas capitalistas que objetivam o lucro, como quaisquer outras empresas, mas que sua mercadoria, a notícia, se distingue de outras mercadorias, pois seu impacto é sutil e, por vezes, definidor de situações concretas, caso da reversão do modelo brasileiro no Governo Collor; c) em determinadas situações, como “intelectuais orgânicos”, espécies de “partidos políticos”, tendo em vista os embates que se envolve e o intuito de definir os termos do debate e, uma vez mais, da Agenda do país. Nesse sentido, os editoriais definem tanto a linha ideológica como editorial de todo o periódico, estabelecendo limites ao próprio trabalho de seus profissionais, sobretudo os jornalistas<sup>4</sup>.

Por fim, é importante observar como a grande imprensa aqui analisada atua nessas conjunturas marcantes, caso da que veremos agora, pois suas posições podem influenciar tanto seus leitores – nunca de forma autômata – como os sistemas decisórios. Daí sua importância crucial, o que afeta a própria noção de democracia. Dados esses elementos, este trabalho – que se baseia em pesquisa cujos resultados foram publicado no livro *O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil* – se inscreve necessariamente numa confluência de quatro áreas de saber: a *comunicação*, em razão dos veículos estudados serem os jornais; a *ciência política*, devido à discussão do poder ideológico e do tema da hegemonia; a *economia*, pois a Agenda Ultraliberal foi fortemente marcada por temas que afetaram o modelo de produção; e a *história*, em razão da análise de fenômenos, nacionais e internacionais, que se conjugam.

---

<sup>4</sup> Embora o editorial seja o espaço formal para a opinião dos donos do periódico, sua função vai muito além, pois, em primeiro lugar, não há – diferentemente do que quer fazer crer a grande imprensa – uma separação rígida entre opinião e notícia. Ambos os estilos jornalísticos se misturam e confundem-se. Em segundo lugar, a função dos editoriais, além de posicionar formalmente a opinião do jornal (no caso), orienta ideologicamente a postura do periódico como um todo, assim como de seus jornalistas, o que não impede, por seu turno, a existência de contradições e mesmo de discordâncias de parte de seus profissionais. Em terceiro lugar, os donos dos jornais vêm possuindo, progressivamente, um poder muito maior sobre o resultado final das notícias graças aos sofisticados métodos informacionais e gerenciais introduzidos, além da existência de “Manuais de Redação e Estilo” que funcionam como marcadores ao trabalho jornalístico. Por fim, é importante ressaltar os controles – funcionais e ideológicos – exercidos sobre as chefias das editorias de um jornal. A homogeneização do trabalho jornalístico, no interior de um periódico, já foi comparada às Forças Armadas, dadas a disciplina e hierarquia exigidas.

## O Veto ao debate e o Estigma aos “Inimigos”<sup>5</sup>

Vejam os como a grande imprensa *veta o debate* – em absoluta contradição à sua pretensa pluralidade – ao desqualificar: os adversários da Agenda ultraliberal; as idéias questionadoras seja do *conteúdo* desta Agenda seja da *forma* de sua implantação. Observamos uma incrível similaridade entre os diferentes jornais. Esta desqualificação ocorre de forma peremptória, naturalizando posições e crenças concebidas (pela grande imprensa) como corretas, em detrimento de qualquer proposição alternativa, qualquer que fosse. *Só haveria um caminho*, uma saída e uma única forma de superar a crise econômica e desenvolver o país: a implementação da Agenda em foco.

Mas antes de analisarmos esse procedimento é fundamental observar – pois pressuposto às justificativas desqualificantes dos periódicos – o que algumas pesquisas de opinião demonstraram acerca da suposta concordância que os jornais afirmavam existir, por parte da maioria da população, quanto a um ponto central da Agenda ultraliberal: a abertura comercial. A pesquisa em questão fora encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), tendo-se questionado “O que a sociedade brasileira está pensando da abertura comercial e da entrada de produtos importados?”, assim concluindo:

-“A Confederação Nacional da Indústria promoveu duas pesquisas para responder a essa pergunta. (...) entre os empresários (...) [e] entre os consumidores. (...) [Quanto aos consumidores] “(...) houve surpresas. *Muitas idéias correntes se revelaram ser apenas preconceitos*. Apenas 33% dos brasileiros acham que os produtos importados são melhores do que os nacionais; (...) Há, portanto, um grande exagero quando se afirma que o brasileiro é ‘viciado’ em produtos importados. (...) “(...) Os consumidores desejariam ter mais acesso aos produtos importados. Mas eles se preocupam muito com as conseqüências sociais – em particular com o seu emprego. “(...) *apenas 33% dos consumidores apóiam uma aceleração das importações*. Eles reconhecem a utilidade da abertura comercial mas estão apreensivos com os desdobramentos sociais. Enganam-se, assim, os que acreditam na incapacidade do brasileiro médio de antecipar os fatos. (...) “*O ritmo da abertura comercial, em qualquer país, exige observação permanente*. (...) Portanto, convém aos condutores do processo observar que essa preocupação é compartilhada por empresários e consumidores que, no fundo, são também os trabalhadores.” (Albano Franco. Artigo publicado em 22/06/92 no Caderno de Economia de *OESP*, pág. 2, ênfases nossas).

A pesquisa desvenda, portanto, o comentário, quase que cotidiano, da grande imprensa acerca da aceitação, pela *maioria* dos brasileiros (ora chamada de “opinião pública”), da entrada de produtos importados, por serem produzidos pelos “modernos” países do

---

<sup>5</sup> Como privilegiamos os editoriais, na análise e nas citações deste trabalho, quando não houver referência explícita são eles a referências. Nos casos de matérias e artigos, os explicitaremos.

“primeiro-mundo”, o que implicaria preços mais baixos e maior qualidade. Este item de certa forma sintetiza, para a população como um todo, os termos da Agenda ultraliberal. Como o próprio presidente da CNI afirmou, trata-se de uma mística, devidamente estimulada pelos periódicos, que, ao omitirem esses dados construíram um cenário em que *qualquer oposição* a esta Agenda seria tida como minoritária, isolada e, dessa forma, desprezível. Como se vê, isto não se verifica, mesmo em junho de 1992, data da realização da pesquisa, após, portanto, dois anos e meio de tentativa de implementação desta Agenda.

Feita esta importante observação, voltemos ao *modus operandi* observado da grande imprensa em *vetar o debate* e desqualificar os adversários. Quanto aos itens mais criticados pelos que se opunham à Agenda, destacam-se a defesa da reserva de mercado, sobretudo da informática, e a crítica à privatização: a opção por ela e, principalmente, o modelo adotado. Quanto a este, a grande imprensa como um todo – com uma ou outra exceção esporádica – não discutiu sequer as críticas procedimentais, isto é, questões relativas à *forma e execução* da privatização, temas que inclusive eram levantados por determinados setores adeptos da desestatização. Dois exemplos ilustram esta ausência de debate: o preço mínimo das estatais a serem vendidas e a questão da utilização ou não das chamadas “moedas podres” (títulos da dívida pública de baixa aceitação e rentabilidade). Quanto ao preço, para o *JB*: “É infantil a discussão sobre a avaliação das estatais feita por firmas de conceito mundial, tendo em vista o investimento muito maior feito pelo Estado: o objetivo do reparo é travar o processo e impedir a demissão do excesso de pessoal nas estatais.” (*JB*, 06/04/91). O importante, portanto, seria vender, o mais rápido possível e pelo preço que se oferecesse. Nada deveria ser discutido, pois de somenos, apesar do que estava em jogo ser o patrimônio público. Já *OG*, embora eventualmente esgrimisse uma resposta a certas críticas, acredita que:

“A ofensiva contra o processo de desestatização elevou-se a níveis incandescentes pelo fato de capitaneá-lo a venda da Usiminas, siderúrgica lucrativa (...) A suposta lesão ao patrimônio público começaria pelo preço mínimo de venda (...) *há (...) uma conspiração de mentalidades retrógradas trabalhando na construção de um caminho de pedras para esse esforço de atualização do Estado brasileiro.*” (*OG*, 09/08/91, ênfases nossas).

Como se observa, os adversários da privatização são estigmatizados e seus argumentos simplesmente desconsiderados. Ora, para a *FSP* não será diferente, pois o embargo judicial temporário à privatização da Usiminas seria meramente uma vitória

estratégica dos “atrasados” opositores da privatização, que estariam se utilizando da polêmica em relação ao preço mínimo como um pretexto, pois:

“(…) Não pode se perder [a privatização] em uma discussão sobre o preço pelo qual serão vendidas as ações da estatal. (…)

“(…) *não se pode utilizar esse tipo de argumentos legítimos [sic] para encobrir interesses regionais e eleitoreiros, que são o inequívoco pano de fundo para a ação judicial(…)*”

“(…) O pretexto do preço eventualmente incorreto não pode obscurecer o fato de que a privatização é imprescindível, necessária e até *emblemática*. Já não há, no arco político-ideológico brasileiro, uma só corrente responsável e respeitável que defenda a manutenção de um setor como o siderúrgico em mãos do Estado. Logo, não cabem dúvidas quanto à necessidade e urgência de se privatizar a Usiminas.” (FSP, 07/08/91, ênfases nossas)

Para a FSP, portanto, não apenas a discussão sobre o preço é secundária como todos os que levantaram esta questão simplesmente estavam sendo oportunistas – o que significa, sem meias palavras, desqualificar estas idéias e seus portadores, recusando-se a discuti-las como legítimas. Já a afirmação de que nenhuma corrente “respeitável e responsável” seria contra a privatização do setor siderúrgico – ou de qualquer outro setor, pode-se inferir – representa o ápice da desqualificação. Afinal, se os que se opunham ao mérito e/ou à forma da privatização não são “respeitáveis”, isso implica que “nenhum” dos oponentes o seria. Trata-se de uma conclusão lógica, até porque o jornal, em momento algum, assim como qualquer dos seus pares, identificou qualquer setor “responsável” ou “respeitável” em suas críticas. Isto significa que, opor-se à privatização, e por vezes à Agenda liberal – moderada ou radicalmente, pouco importa –, implica *não possuir qualificação*, o que, na retórica da grande imprensa quer dizer ausência de legitimidade, de compreensão, de interesses nacionais, e (contrariamente) presença de “preconceitos ideológicos”. Mas a mesma FSP vai além, pois, para ela:

“(…) Toda a experiência internacional, para não dizer a brasileira, comprova que a concepção de um Estado-empresário implica notórios prejuízos. (…)*A não ser para os poucos que ainda se apegam a teses marxistas* (…)*estão mais do que consagradas as vantagens decorrentes de uma audaciosa política de desestatização.*” (FSP, 25/09/91, ênfases nossas).

Esta afirmação sintetiza o que a grande imprensa como um todo disse e repetiu incontáveis vezes, tanto em seus editoriais como em diversas reportagens e matérias que primaram pelo caráter “opinativo” – isto é, pró-privatização –, embora de forma subliminar, como, aliás, é praxe nos grandes jornais brasileiros.

Se essa forma autoritária de atuar é observável até nos jornais não perfilhados – historicamente – à doutrina liberal, mais válido ainda o seria para o mais que secular e conservador periódico: o jornal *O Estado de S. Paulo*, para quem a controvérsia sobre as moedas “podres” igualmente seria um pretexto dos antiprivatistas; *OESP* defende sua utilização, para fins de privatização com uma retórica que passa ao largo de qualquer debate, pois, tais moedas:

“(…) não são ‘podres’: *podre é o governo*, que não honra seus compromissos e havia encontrado no uso desses títulos (….) o meio de reconquistar um pouco de sua credibilidade no mercado financeiro. (...) *Ao querer eliminar essas moedas do processo de privatização, os autores da proposta só podem ter um único objetivo: acabar com a privatização. (...) com isso tornará impossível a realização de um programa essencial para a modernização do Brasil.*” (*OESP*, 09/04/92, ênfases nossas).

Logo, questionar a *modelagem* do programa de desestatização é, como dissemos, visto como simplesmente um sintoma de oposição ao mesmo, o que implica atentar contra a “modernização” – termo perenemente utilizado. Em conseqüência, opor-se a este sentido da “modernização” é sinônimo de “atraso”, antimodernidade – afinal, “modernização” possui uma direção única para os jornais.

Em outras palavras, não há pluralismo, pois nada se discute seriamente, apenas vulgarizam-se idéias, que são repetidas à exaustão como uma cantilena por todos os principais órgãos da grande imprensa brasileira, que, desta forma, professam as mesmas idéias, por meio das mesmas palavras e imagens. Não apenas o “pensamento” é único, mas a própria estratégia para fixá-lo. Assim, a “liberdade de imprensa” – ao menos no que tange ao debate de idéias que impactam a sociedade como um todo, tais como as relativas ao modelo de desenvolvimento, sobretudo no Governo Collor – foi utilizada, no período em foco, apenas e tão-somente para reiterar, divulgar e vulgarizar, com vistas à obtenção da hegemonia ultraliberal. A partir disso pode-se questionar qual o valor da *liberdade de imprensa* numa democracia, entendida como intermediação privada da opinião, se seus mais notórios (e autoproclamados) representantes nada discutem, literalmente embotando o debate. Por paradoxal que possa parecer, a teoria política de corte liberal é colocada em questão a partir desta constatação.

Na grande imprensa, os únicos espaços que poderiam romper o “cerco ultraliberal” por ela montado seriam: a) eventuais artigos assinados por políticos e intelectuais contrários seja à Agenda (ou a tópicos desta), seja à sua implementação, mas que se encontravam em

*minoria absoluta* em todo o período de análise deste trabalho; b) eventuais colunistas fixos dos jornais, igualmente minoritários, caso de Janio de Freitas, da *FSP*; e c) eventuais matérias e reportagens que, por motivos diversos – da conjuntura à necessidade de expor a complexidade de problemas, e que seriam vulgarizados e simplificados nos editoriais, manchetes, fotos e na imensa maioria da cobertura –, mostrassem contradições e divergências quanto à Agenda e/ou sua dinâmica de implementação<sup>6</sup>. Vejamos então alguns exemplos mais contundentes acerca do veto ao debate pela grande imprensa que, ao desqualificar os adversários da Agenda ultraliberal, vulgarizou o conteúdo desta. Começamos por uma reportagem do *JB* que, como vimos acima, afirmara ser “infantil” questionar o preço mínimo das estatais. É interessante observar que pessoas insuspeitas, política e ideologicamente (aos olhos da grande imprensa), e envolvidas no processo de privatização, questionaram a avaliação de certas empresas. Tratam-se dos presidentes da Cia. Siderúrgica de Tubarão (CST) e da Usiminas, e que foram nomeados já no Governo Collor; ambos comentaram a seguinte reportagem do *JB* sobre o preço das estatais, pois:

“(…) não concordaram com as avaliações de suas empresas para fins de privatização, divulgadas (…) pelo JORNAL DO BRASIL. Os números preliminares – US\$ 270 milhões para a CST e US\$ 1,5 bilhão para a siderúrgica mineira – (…) são injustos na opinião dos dois executivos. Além de questionarem os critérios que teriam sido utilizados pelas empresas de consultoria para levantar os preços de venda, consideraram que as duas empresas têm grandes possibilidades de gerar lucros futuros. (...)”

[De acordo com a reportagem, o presidente da CST teria afirmado que:] “O BNDES também não está satisfeito. O preço é realmente baixo e os técnicos do banco têm telefonado insistentemente para a CST a fim de checar as informações que foram apuradas pelas consultorias.”

[Na matéria, o presidente da CST explica, em entrevista, não se opor à privatização:] (...) “Quando fui convidado para assumir a direção da empresa, a primeira pergunta que me fizeram foi se era a favor da privatização. Respondi que sim. Continuo com o mesmo pensamento e também com a certeza que o governo tem que sair do setor industrial para se dedicar com exclusividade às questões de educação, saúde e habitação. Entretanto, cada vez mais tenho a convicção de que *os critérios precisam ser transparentes e bem discutidos*. Quero ajudar a privatização, e não dificultar o processo”, comenta.” (...) [ênfases nossas].

[Quanto à Usiminas, o seu presidente:] “calcula que o valor patrimonial da usina seja equivalente a US\$ 4 bilhões. ‘Acho que esses números mostrados na reportagem do JORNAL DO BRASIL [US\$ 1,5 bilhão] são prematuros’, diz.”

[Noutra reportagem, mas na mesma cobertura, e intitulada “Avaliação da Usiminas gera maior polêmica”, o texto afirma que o próprio consultor que avaliou o preço da

---

<sup>6</sup> O fato de haver colunistas críticos à Agenda em foco, ou mesmo a certos tópicos desta, dentro e/ou fora dos jornais, assim como certas reportagens mais críticas de forma alguma suprime o “cerco ultraliberal” que vimos apontando, pois representam “ilhas em oceanos”, isto é, atentam contra um *ambiente ideológico* construído e reiterado sistematicamente. Num certo sentido apenas legitimam o *falso pluralismo* da grande imprensa.

usina considerava a definição de valores um processo complexo e controverso:] “(...) Depois de afirmar que é muito arriscado se definir com exatidão um determinado número, ele lembrou que existem muitas dificuldades neste tipo de avaliação.” (*JB*, 07/04/91, Reportagem de Janice Menezes e Ronaldo Lapa, com colaboração de Nairo Almeri, Caderno de Economia, seção Negócios e Finanças, pág. 4).

Estas passagens demonstram cabalmente que não eram apenas os adversários da privatização que questionaram o processo – sistema de avaliação do preço, o próprio preço, a utilização das moedas “podres” etc –, o que faz cair por terra a arenga da grande imprensa, a começar pelo *JB*. Tais passagens corroboram, por outro lado, a inexistência de debate, pois há apenas vulgarização/divulgação dos temas vinculados à Agenda ultraliberal, notadamente a privatização. A reportagem é auto-evidente. O fato de haver matérias com esse teor nos jornais em foco não suprime esta constatação, pois são absolutamente minoritárias (reitere-se) e, além do mais, perdem-se em meio a uma miríade de imagens (reais e subliminares), manchetes e uma vasta retórica – incluindo-se necessariamente as “reportagens opinativas” – sobre os malefícios do Estado em contraste aos benefícios do mercado, alardeados como vigentes no mundo todo. Trata-se, portanto, a matéria em foco, de uma exceção que apenas confirma a regra e a nossa hipótese. Mas há mais. Ainda no caso da privatização do setor siderúrgico – que fora o primeiro e mais importante a ser vendido no Governo Collor, e por isso sintetizador do problema em tela –, veja-se a crítica do então senador e empresário Severo Gomes, conhecido por suas posições nacionalistas e por debater temas relativos ao modelo de desenvolvimento do país. Em artigo na *FSP*, afirma que o BNDES:

“(...) desenvolveu nestes últimos tempos uma guerra eletrônica para convencer o povo da conveniência da privatização da Usiminas. Não com argumentos, porque estes poderiam ser discutidos, nas razões mais profundas, ou no processo empregado. Mas através dos elefantes [símbolo da campanha privatizante – FF] que enchem a tela das televisões.

“Depois da saturação das mensagens enganadoras que nada explicavam, mandaram fazer pesquisas de opinião pública (...)

“Resumo da ópera: fez-se a avaliação da empresa por uma fração do seu real valor e, além disso, aceita-se no leilão as chamadas ‘moedas podres’ para fingir que ela vai ser paga e arma-se uma campanha publicitária milionária para enganar o povo. Correm até o risco de gastar mais na campanha do que o que receberão no leilão.” (*FSP*, 20/10/91, seção Tendências e Debates, pág. 3).

Como se observa, a crítica de Severo Gomes em nenhum momento é respondida, ou comentada, pelos editoriais da grande imprensa. Afinal, o senador tocou num ponto fundamental que a imprensa procurou de toda forma omitir: a busca, por caminhos subliminares, via repetição, vulgarização e divulgação, da hegemonia ultraliberal. Por isso



não há debate, e sim a reiteração de uma cantilena desprovida de qualquer intuito reflexivo, mas em nome do “pluralismo”, da “modernidade” e da ausência de “preconceitos ideológicos”.

Um outro tema que renitentemente fora comentado (e vulgarizado) nos editoriais, a reserva de mercado, notadamente da informática nacional, igualmente merece que a reflitamos, pois crucial neste momento. Para o *JB*, por exemplo, o legado da proteção teria sido o encurtamento do mercado consumidor brasileiro, em razão dos preços altos e da baixa tecnologia, com o conseqüente atraso em toda a economia, dada a essencialidade da informática ao processo industrial contemporâneo. Portanto, reserva de mercado é sinônimo, para o jornal, de “antimodernidade”. Não bastasse isso:

“(…) *O nacionalismo xenófobo e atrasado* (...) estendeu à informática o conceito ultrapassado que definiu na Constituição como empresa nacional aquela com 51% das ações com direito a voto e o poder de decisão tecnológica em mãos do sócio brasileiro. (...) Não deixa de ter razão (...) Roberto Campos (...) quando critica os defensores da indústria nacional de informática por pretenderem barrar a invenção da roda.” (*JB*, 09/09/91, ênfases nossas).

Independentemente de qualquer consideração dos argumentos dos que são favoráveis ao expediente da reserva de mercado, sobretudo numa área tão sensível como a informática, o jornal preferiu simplificar o problema e desqualificar seus próceres, estigmatizando-os sistematicamente de “xenófobos e atrasados”. A utilização do escárnio – desqualificante por natureza –, caso da imagem elaborada pelo ultraliberal Roberto Campos, é contumaz em toda a grande imprensa. Ao lado dessa estratégia a velha contraposição “subdesenvolvimento” *versus* “primeiro-mundo” aparece com mais força ainda, pois: “(...) A reserva acomodou e isolou vários setores da economia brasileira da modernização tecnológica e da integração registradas nas economias do Primeiro Mundo.” (*JB*, 13/06/91). Assim, proteger as economias nacionais é o mesmo que não adentrar no tão sonhado desenvolvimento do (mistificante) “primeiro-mundo”.

Em *OG* observa-se o mesmo discurso, formulado da mesma forma e com o mesmo tom. Em diversas situações, sobretudo naquelas que envolviam o Conselho Nacional de Informática (Conin) e o Congresso Nacional, a grande imprensa pressionou fortemente pela revisão e supressão desta proteção à indústria nacional. *OG* critica acidamente os opositores desta “modernização”, pois:

“Está em prática no Brasil uma política que visa a integrar a economia nacional no competitivo mercado mundial. (...) Não se harmonizam a esse esforço de

*modernização* – na verdade são seus *antípodas* – instrumentos como a reserva de mercado no setor da informática (...)

“É inquietante (...) verificar que sobrevivem no Congresso [em razão da suspensão temporária à constituição de *joint-ventures* – FF] grupos que ainda se dispõem a assumir *posições retrógradas com o pretexto equivocado* de que assim se estará protegendo segmentos da indústria nacional.” (OG, 27/05/91, ênfases nossas).

Portanto, ser favorável à reserva de mercado implica ser “retrógrado”, atentar contra o que ocorre no mundo e (uma vez mais) contra a modernidade. Reitere-se que não se discute quaisquer argumentos; simplesmente se rotulam os adversários (da “modernidade”) e encerra-se o assunto. Até determinadas figuras de linguagem – igualmente *pautadas* por Roberto Campos – são as mesmas. Por isso, OG ironiza os “ingênuos” defensores da reserva, pois: “(...) Para romper os laços de dependência que condenariam o Brasil ao eterno atraso, era preciso desenvolver uma tecnologia nacional, *ainda que isso implicasse a reinvenção da roda*”. (OG, 18/09/92, ênfases nossas). Mas esse universo retórico e figurativo em nada se diferencia do da FSP e de OESP. Para a Folha, que, embora eventualmente debata um ou outro argumento dos adeptos da reserva de mercado à informática, a desqualificação dos mesmos é idêntica à verificada nos outros periódicos, pois, ao comentar o mesmo episódio que OG, afirma, tal como seu congênere carioca, que se trata de uma: “(...) *posição retrógrada* de certos setores do Congresso (...) [sendo que:] *A xenofobia extemporânea* dos proponentes da reserva de mercado deve ser combatida. Trata-se de *resquício* de uma concepção de política industrial já esgotada no Brasil (...)” (FSP, 27/05/91, ênfases nossas). Como dissemos, até as mesmas expressões são utilizadas, num impressionante espetáculo de homogeneidade.

Ora, mas o liberal OESP não apenas não destoará dessa cartilha como irá além em suas catilinárias contra a proteção à informática e seus defensores. Para o jornal, que comenta, em tom ufanista, as declarações de Collor contrárias à reserva de mercado: “(...) *Os que defendem o atraso* ainda não estão convencidos de que perderam a luta.” (OESP, 15/06/90, ênfases nossas). Portanto, defender a reserva de mercado, temporariamente ou não, independentemente dos setores e do que ocorre em outros países, é “defender o atraso”. Trata-se de uma imagem simplista e dicotômica: o bem (os defensores da Agenda ultraliberal) devem lutar contra o mal (a esquerda, os nacionalistas e similares). Mas o tradicional e conservador OESP estende suas críticas – e de forma generalizante, o que não deixa de ser um mérito, pois denota coerência – a muitos outros setores, porém com a

mesma acidez, caso do monopólio das comunicações (sobretudo da telefonia, infere-se).

Para o jornal:

“(…) A discussão em torno dele serve (…) para que a opinião pública tome consciência da resistência que o nacional-industrialismo, o dos ‘cartórios’, e a oligarquia (a da burocracia estatal) *opõem a qualquer medida modernizadora* que venha favorecer o consumidor. (…) No caso da informática, os consumidores parece que se cansaram da *lengalenga nacionalisteira*. Esperamos que no das telecomunicações se manifestem logo, a fim de *que o presidente tenha fortes apoios para vencer o conluio contra o progresso.*” (OESP, 27/07/91, ênfases nossas)

Como se observa, o jornal não se diferencia dos outros periódicos aqui vistos, pois não apenas defende a implementação da Agenda ultraliberal como também veta o debate, desqualificando, integral e desairosamente, aqueles que defendem idéias contrárias ou simplesmente alternativas às defendidas por ele (OESP). A própria utilização de neologismos, típica de OESP, é uma estratégia de reiteração do escárnio para com os adversários. O suposto “atraso” destes, enfatizado como uma cantilena, é o pretexto para o embotamento da discussão. Afinal, se os adversários defendem idéias ilegítimas, corporativistas e obsoletas, por que dever-se-ia discuti-las? Este pretexto, ora subentendido ora explícito, oculta, em verdade, o autoritarismo e mesmo o antiliberalismo da grande imprensa que, em nome de verdades supostamente universais e, portanto, inquestionáveis – o que por si só é mais que questionável, pois trata-se de uma postura dogmática –, prescinde de qualquer reflexão acerca do que não seja sua própria retórica. Assim, não há discussão e, portanto, pluralismo<sup>7</sup>, num claro atentado ao um conceito usado exaustivamente pela própria grande imprensa: a *opinião pública*. Afinal, como esta poderia existir e se desenvolver se as idéias que a formam não são debatidas nos espaços públicos – numa sociedade de massa –, aos quais a grande imprensa se arroga como intermediadora?

Mas esta conclusão necessita ser corroborada, tal como o fizemos em relação ao tema da privatização. Vejamos brevemente, então, como, em raras oportunidades – e nos próprios jornais – alguns artigos e matérias questionaram estas supostas “certezas universais” da grande imprensa. Em OG, uma pequena matéria no Caderno de Economia, publicada antes da posse de Collor, dizia em sua manchete – devidamente comprimida no canto inferior direito de uma página interna desta Editoria, ser a “Reserva de mercado, uma

---

<sup>7</sup> Esta ausência de pluralismo ocorre em contraste à retórica de toda a grande imprensa, que se diz vinculada, em maior ou menor medida, aos pressupostos filosóficos do liberalismo, sobretudo no que tange aos seus aspectos políticos.

polêmica em todo o Mundo”. Nesta, afirma-se que, diferentemente do que a arenga da grande imprensa prega:

- “No âmbito mundial, a reserva de mercado é traduzida por alguns instrumentos de políticas governamentais de proteção e apoio a empresas nacionais. *O controle de importações e as restrições à participação de fabricantes ou de capital estrangeiro no mercado doméstico são mecanismos que já foram ou são ainda usados em países como os Estados Unidos, Japão, Coréia do Sul e todos os integrantes da Comunidade Econômica Européia.*

“O Japão praticou reserva de mercado para empresas nacionais de semicondutores do final da Segunda Guerra a 1974, e até o ano passado continuava a restringir a participação de fabricantes estrangeiros no mercado doméstico. Na Coréia do Sul a importação de circuitos integrados necessitava de anuência prévia até 1987.” (OG, 04/02/90, Caderno de Economia, pág. 40, ênfases nossas)

A matéria acima deixa bem claro que os países desenvolvidos (e também os aspirantes a tanto) tradicionalmente se utilizam do recurso da reserva de mercado, que é, portanto, uma forma de se fazer política industrial. Como praticamente todos países citados pela matéria são, por um lado, considerados paradigmáticos pela grande imprensa, e, por outro lado, protegem suas indústrias da competição internacional, tal postura vulgarizante/desqualificadora dos periódicos contra os protecionista brasileiros denota: a) ou desconhecimento da situação internacional, o que é mais do que improvável; b) ou, em conhecendo, omissão deliberada como forma de implementar a Agenda ultraliberal, Agenda esta que vai ao encontro dos valores e interesses por eles (jornais) defendidos, notadamente a maior penetração de capital e tecnologia estrangeiros. Portanto, a simplificação de uma questão tão complexa, assim como sua vulgarização – entre as quais a oposição entre “modernidade” e “atraso” –, com vistas à divulgação para o público leitor, obedece a uma estratégia retórica intencional. Mas, tendo em vista que o que estava em jogo é justamente o modelo de desenvolvimento do país, um tal *modus operandi* implica irresponsabilidade e descompromisso para com a constituição de um *projeto nacional* – por mais que esta expressão possa indicar possibilidades diversas –, e, como dissemos, desinteresse pelo debate, além de um espantoso monolitismo, em perene contraste ao alegado pluralismo.

Ora, mas se esta pequena matéria subsidia esta conclusão, o que dizer novamente do empresário e senador Severo Gomes que, num artigo frontalmente antitético ao discurso da grande imprensa, expõe em detalhes o protecionismo norte-americano; o artigo é, provocativamente, denominado “O discurso do entreguismo nacional” e diz que:

*“Benefícios e discriminações existem na legislação e na prática de todos os países, e com muito mais rigor do que a nossa tradicionalmente estabeleceu para as faixas de fronteira ou nos setores de transporte e comunicação. Daí a surpresa com a renitência do governo (...) como se esses preceitos constitucionais [no Brasil, tal como o conceito de empresa nacional – FF] fossem um arcaísmo xenófobo e um entrave ao nosso desenvolvimento.*

*“A melhor maneira de entender o chamado arcaísmo é conhecer o que ocorre no lado ‘moderno’ do mundo, tão admirado pelos que infestam o governo, Congresso, partidos políticos e círculos empresariais. (...)*

*“O número 516 dos anais da “American Academy of Political and Social Science, (julho de 91) publicou um estudo sobre as ‘Barriers to Foreign Investment in U.S. and Other Nations’, de autoria de dois economistas do ‘Affairs Department’ do FMI (...)*

*“(...) [nos EUA:] As restrições ao investimento estrangeiro estiveram historicamente ligadas às questões de segurança nacional. Muitas atividades foram sempre restritas aos cidadãos e empresas americanas. Neste sentido, ‘para ser considerada americana ela precisa ser organizada e registrada de acordo com a lei americana, com o seu capital votante pertencente a cidadãos americanos em no mínimo de 75%. O controle do capital é freqüentemente acompanhado da exigência de que todos ou a maioria dos diretores sejam cidadãos americanos’. (...)*

*“(...) O presidente [da República] tem poderes para vetar as compras por estrangeiros, (...) sem limite de tempo. Quer dizer, pode ordenar o ‘desinvestment’, no tempo que quiser e sem direito de apelação. (...)*

*“Há hoje no Congresso dos EUA uma plethora de projetos de lei procurando limitar a influência estrangeira sobre a política e a economia. Seria muito útil que a mesa do Congresso mandasse traduzir o texto acima referido para distribuição aos parlamentares, que assim teriam um belo exemplo de como se defende o interesse nacional.” [Severo Gomes, FSP, O5/11/91, Seção Tendências e Debates, pág. 3, ênfases nossas].*

Como dissemos, se a matéria de *OG* já seria suficiente, nas hostes da própria imprensa, para questionar o estigma que esta impõe aos partidários da reserva de mercado – e do protecionismo como um todo –, o artigo em foco (citado longamente devido à impressionante antítese que representa) expõe de forma cabal como os periódicos – estratégica, renitente e ostensivamente – omitem a complexidade desta questão, entre diversas outras. O fato de o articulista ter citado a contumaz prática protetora norte-americana, em frontal contraste com o que a grande imprensa repetia acerca das “tendências internacionais pró liberalização das economias”, desnuda tanto o discurso ideológico dos periódicos como o seu papel de *aparelho privado de hegemonia*. Em outras palavras, não há debate porque o papel da grande imprensa não é debater – desinteressadamente ou não, pouco importa – e sim inculcar opiniões e crenças, representar interesses, pressionar os poderes constituídos e organizar demandas e vetos, sobretudo em favor do Capital Global (o que não distingue os capitais). Daí a divulgação e vulgarização serem plenamente coerentes com o projeto político, econômico e ideológico de uma

imprensa que prima, portanto, pelo discurso teleológico, monolítico e autoritário. Nesse sentido, uma única ressalva poderia ser feita ao texto acima, pois, quando o autor aponta os setores da sociedade que admiram o “lado moderno do mundo” omitiam que, neste, a proteção é regra, poderia claramente ter incluído a grande imprensa.

Cabe, por fim, notar que, com isso, não estamos afirmando que o modelo “nacional-desenvolvimentista” não possuía enormes problemas, que o Capital nacional não fora excessivamente protegido, em detrimento da imensa massa da população, dentre outras questões já consolidadas pela literatura política e econômica. Nosso objetivo não é prescrever ou aderir a este ou aquele modelo de desenvolvimento, e sim atestar que havia possibilidades diversas de se rever o modelo brasileiro, possibilidades estas passíveis de efetivação desde que, dentre outros procedimentos, houvesse um amplo debate sobre as mesmas. Como a imprensa ocupa um papel estratégico – embora contraditório, dado o seu caráter privado, mas que se viabiliza em razão de seus objetivos formalmente públicos – nas sociedades complexas, sua recusa em debate, como os *editoriais* sintetizam, e, pior, sua desqualificação das idéias e dos grupos considerados adversários implica que a revisão do modelo brasileiro tenha, em boa medida, ocorrido sem discussão. Em outras palavras, os *centros produtores de ideologia e de receituários*, tais como o Bird, o BID, o FMI, determinadas universidades e centros de pesquisa, além de certos Departamentos de Estado de países posicionados no lado superior da ordem internacional – e sintetizados no chamado “Consenso de Washington” –, tiveram na grande imprensa, de seus países e dos periféricos, um importante aliado. É isso o que os artigos críticos ao discurso hegemônico permitem-nos concluir.

### **À Guisa de Conclusão**

Procuramos demonstrar como, numa conjuntura particularmente decisiva, como foi o Governo Collor, a grande imprensa se posicionou perante a chamada Agenda Ultraliberal, o que implicou postar-se perante a relação com o Capital, nacional e estrangeiro, e os efeitos da nova Agenda à sociedade brasileira, em seus diversos segmentos. Contudo, um fio condutor permeou essas questões: a relação com os adversários desta Agenda, pois foram tratados como “inimigos”. Em outras palavras, a luta pela obtenção da hegemonia ultraliberal aproximou jornais com histórico e perfis muito diferentes entre si. A grande imprensa, portanto, propôs as mesmas políticas, desqualificou da mesma forma os mesmos

adversários, procurou *dirigir* a sociedade – sobretudo os centros decisórios e outros pólos de poder, como os empresários –, formulou as mesmíssimas imagens acerca da “modernidade” e da inserção do Brasil no (mágico) “primeiro-mundo”, entre outras formas de agir. Embora os periódicos tivessem se posicionado de forma díspar, isto é, apoiando ou criticando o Governo Collor, e tido uma maior ou menor transigência para com grupos (como os empresários) e instituições (caso do Congresso), o fato marcante diz respeito à confluyente adesão às reformas liberalizantes, espelhadas no que “ocorria no mundo”. Isso implicou relacionar reformas em países os mais díspares como se fossem as mesmas, estando o Brasil, desta forma, dissonante da “modernidade”, o que significaria perder o “bonde” da história.

No Governo Collor houve, portanto, a culminância de uma confluência (dos periódicos) que, a rigor, formou-se desde o ocaso dos choques heterodoxos; daí a progressiva semelhança de posicionamentos dos jornais entre 1987 e a campanha pró-Collor.

Por fim, cabe dizer que o papel da grande imprensa efetivamente não foi o de discutir idéias, embora seus órgãos afirmassem expressar as diversas “correntes de opinião”. Seu papel fundamental na conjuntura em questão foi obter a hegemonia, o que implicou um verdadeiro “vale tudo” político/ideológico, tal como numa guerra, que, no caso da contenda ideológica, manifesta-se como *guerra de posições*, de acordo com a formulação de Antonio Gramsci. Dessa forma, a grande imprensa forjou fortemente o consenso em torno das idéias ultraliberais no Brasil, com efeitos diversos observáveis até hoje, sobretudo o desemprego, a desnacionalização e a maior dependência do capital externo.

### **Referências Bibliográficas**

ALTHUSSER, Louis. *Idéologie et appareils idéologiques d'État*. Paris: Éditions Sociales, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.

EAGLETON, Terry. *Ideology, An Introduction*. Oxford, 1991.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaios*. São Paulo, Cortez, 1994.

FARIA, Armando Medeiros de. *O Jornalismo Econômico e a Cobertura sobre a Privatização (1990/1991)*. Dissertação de Mestrado ECA-USP, 1994.

FONSECA, Francisco C. P. *O Consenso Forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2005.

\_\_\_\_\_. “Mídia e Democracia: Falsas Confluências”, in Revista de Sociologia e Política. Curitiba, Universidade Federal do Paraná (Dossiê Mídia e Política), nº22, 13-24 de junho de 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (5 Vols.) R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

- HARDIN, Russel. *Liberalism, Constitutionalism, and Democracy*. Oxford, Oxford University Press, 1999.
- KREINZ, Glória A. R. *Ideologia, Notícia e Mercado – A pós-modernidade tecnocrática da Folha de S.Paulo*. Tese de Doutorado, ECA/USP, 1990.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo Econômico*. São Paulo, Edusp, 2001.
- KUNCZICK, Michael. *Conceitos de Jornalismo*. São Paulo, Edusp, 1997.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Os Mil Dias*. Tese de Livre Docência. ECA/USP, 1987.
- LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. New York, Free Press Paperbacks, 1997.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Imprensa e Capitalismo (org.)* São Paulo, Kairós, 1984.
- MELO, José Marques de. *A opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Estudos de Jornalismo Comparado*. São Paulo, Pioneira, 1972.
- MUNIZ, Altermar Costa. *As Mudanças de Linha Editorial na Folha de S. Paulo (1979-1989)*. Dissertação de Mestrado, Depto. de História. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1999.
- PARSONS, Wayne. *The Power of the Financial Press*. New Jersey, Rutgers University Press, 1990.
- SAUNDERS, Peter e HARRIS, Colin. *Privatization and Popular Capitalism*. Buckingham, Open University Press, 1994.
- TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- WEBER, Max. “Para una Sociologia de la Prensa” In Revista Española de Investigaciones Sociológicas, nº 57, jan-mar./1992. Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid.